

# UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE DICIONÁRIOS\*

Joelma Aparecida Bressanin

[joelmaab@hotmail.com](mailto:joelmaab@hotmail.com)

Doutoranda

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

## Introdução

O projeto História das Ideias Linguísticas<sup>1</sup> tem produzido um número significativo de trabalhos que nos permitem compreender o processo de produção e institucionalização dos estudos de linguagem. Tais trabalhos articulados à Análise de Discurso (AD), tornam possível considerar o dicionário como um objeto de análise e como um instrumento linguístico.

Em História das Ideias Linguísticas (HIL), os instrumentos linguísticos são vistos como um saber que funciona na aquisição dos domínios da escrita, da língua e da enunciação. Nessa perspectiva, o dicionário ocupa um lugar importante na história das ciências e compreender a sua historicidade implica considerar sua existência no tempo e no espaço.

## O dicionário como *corpus*

Os dicionários, instrumentos de uma política de regulação das línguas, são definidos por Aurox (1992) como tecnologias de gramatização. Segundo o autor, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentalizar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário.” (p.65)

Vale destacar que os instrumentos linguísticos, construídos com base na escrita, de fato não se confundem com a “língua”, todavia não deixam de funcionar na sociedade, produzindo um discurso e um imaginário linguístico. O efeito de unidade da língua do Brasil em relação à língua escrita de Portugal, por exemplo, é produzido na relação entre um tipo de saber e sua institucionalização.

Ao descrever as línguas, os dicionários, assim como as gramáticas, produzem um prolongamento do saber linguístico do falante, que não apenas o estende, mas o transforma e,

---

\*Trabalho apresentado à disciplina de História das Ideias Linguísticas, ministrada pela professora Dr<sup>a</sup> Claudia Pfeifer (LABEUB, IEL – UNICAMP), como requisito do curso de Doutorado Interinstitucional em Linguística - UNICAMP/CAPES/UNEMAT- em fevereiro de 2009.

<sup>1</sup> O projeto História das Ideias Linguísticas se desenvolve em um acordo CAPES/COFECUB e reúne instituições francesas e brasileiras.

na medida em que isso se dá como produção de uma normatividade sobre a língua na vida social, constitui-se uma questão de ética e de política linguística. Dessa forma, para se compreender a história da dicionarização, deve-se levar em conta as condições específicas de sua produção.

Nunes (2002, p.102) considera que “o saber lexicográfico resulta de um longo processo de instrumentação, cuja origem não está em um acontecimento isolado, mas em uma série de fatos inter-relacionados.”

De acordo com Orlandi (2002, p.30), a gramatização em um país colonizado trabalha segundo um duplo eixo: o da universalização e o do deslocamento, isto é, “pela sua gramatização, o português do Brasil elabora, instala mesmo, seu direito à universalização, garantindo a unidade (imaginária) constitutiva de qualquer identidade”. Entretanto, não se pode não reconhecer suas variedades: relação com as línguas indígenas, africanas, etc. “Esse reconhecimento é parte da constituição da unidade do português brasileiro, portanto da nossa unidade nacional.” (Ibidem, p.30)

Tendo em vista a possibilidade múltipla de análise dos dicionários, tomamos aqui para o estudo das condições de sua produção, os prefácios (mesmo que insuficientes<sup>2</sup>) porque trazem a posição do lexicógrafo ou colaboradores situados na história em um contexto específico.

Compreender o dicionário em sua singularidade histórica é levar em conta que um dicionário “nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade.” (NUNES, 2006, p.20)

Selecionamos para nossa reflexão dois dicionários, um prefaciado pelo próprio lexicógrafo e o outro pelo grupo editorial, a saber: o *Dicionário de Língua Portuguesa*, (SILVA, 1922) e o *Nôvo Dicionário Brasileiro Ilustrado*. (PRADO e SILVA, 1969).

### **A busca da unidade e o deslocamento**

O *Dicionário de Língua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva (1922) na sua segunda edição, comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil, apresenta-se prefaciado pelo próprio lexicógrafo, que dirige ao leitor as seguintes palavras:

---

<sup>2</sup> Nunes (2006) coloca que a análise do prefácio é importante, mas não é suficiente, por ser um texto subjetivo. No entanto, nos deteremos apenas nos prefácios por constituírem material fundamental para a historicização do dicionário e por questões de ordem prática.

Segunda vez te offereço o Diccionario da Lingua Portugueza, e porque não vá sem alguma conheçença do indulgente acolhimento, que da primeira lhe fizeste, trabalhei quanto me foi possível por para **alimpá-lo dos erros**, com novos entendimentos dos vocábulos, e frases.

Para isto **me aproveitei do riquíssimo** Diccionario Portuguez da Real Academia das Sciencias de Lisboa, [...]

Tornei a ler, e a conferir **os Autores capitaes da nossa Lingua**, e ainda achei que recopilar d'elles Artigos, que não vem nos Diccionarios mais amplos. (grifos nossos)

A primeira observação que fazemos diz respeito à busca da unidade que permeia o discurso lexicográfico.

Considerando que o imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem, ou seja, “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder” (ORLANDI, 1999, p.42), a escrita de Antonio de Moraes permite afirmar que o lexicógrafo preocupado em evitar os “erros” linguísticos apresentados na 1ª edição de seu dicionário, tinha como referência os autores portugueses, que produziam dicionário “riquíssimo” e eram dignos de serem relidos e conferidos, pois eram os “Autores capitaes da nossa Lingua”, grafado com a inicial maiúscula. A imagem que se tinha (tem) de lexicógrafo se constitui no confronto do simbólico com o político, isto é, o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo discursivo. A imagem de um bom lexicógrafo é de alguém que deve trabalhar para evitar “erros” e contribuir para a manutenção da unidade linguística.

Vemos também a busca dessa unidade na contracapa do dicionário, onde se encontra grafado em letras garrafais: “DOS VOCÁBULOS IMPRESSOS ATÉ AGORA, E NESTA SEGUNDA EDIÇÃO NOVAMENTE EMENDADO, E MUITO ACRESCENTADO”. Dizer do acréscimo é significar (reconhecer) a incompletude da lexicografia brasileira que está em desenvolvimento e se confirma nas palavras finais do prefácio do autor: “Entretanto que não apparece coisa melhor, serve-te da minha diligencia, se-me indulgente, e Vale.”

O *Nôvo Dicionário Brasileiro Ilustrado*, do Prof. Adalberto Prado e Silva (1969) é apresentado ao leitor pela equipe editorial. O que nos despertou a atenção nas palavras introdutórias desse dicionário, além do próprio título da obra, foram a concepção de língua e a referência ao uso de “brasileirismos” (palavras consideradas próprias do contexto brasileiro), pois nos permitem refletir sobre o efeito de universalização e de deslocamento (ORLANDI, 2002).

Ao apresentar o novo dicionário brasileiro ao público, *Edições Melhoramentos* expõe que “o grande empreendimento” se deve ao progresso dos estudos linguísticos no Brasil. Destacamos alguns trechos para nossa reflexão:

Em termos práticos, deve-se afirmar que não se torna mais prestante, para servir à **evolução da língua nacional**, um dicionário que repita as formas de velhos léxicos portugueses, apenas lhes acrescentando outras formas, a título de “**brasileirismos**” [...]

O critério geral seguido neste Dicionário é assim o de Linguística histórica, ou evolutiva, considerando-se **o idioma como coisa viva, dotada de crescimento orgânico**. Não se abandonam, porém os princípios de continuidade e regularidade de transmissão social, que todo idioma **há de defender**, para que bem possa subsistir, expandindo-se tanto quanto deva, sem que venha a perder **as suas características de coesão ou homogeneização cultural**. [...]

Quando um país apresenta grandes e rápidas mudanças de ordem social, demográficas, econômicas e políticas [...] Tornam-se então necessários esforços de recopilação e síntese, por maiores levantamentos, tal como este Dicionário representa, úteis sempre, sem dúvida, à obra de **preservação e renovação da cultura**. (grifos nossos)

No trabalho de dicionarização no final do século XIX, os principais lexicógrafos passaram a incorporar um número cada vez maior de **brasileirismos** como via de complementação ou enriquecimento da língua portuguesa. É a respeito desse fato que surge a crítica da equipe editorial: trata-se de um dicionário “brasileiro” que serve à evolução de uma “língua nacional” e não apenas de acréscimos de “brasileirismos”.

O posicionamento apresentado pelo grupo editorial não é diferente do ponto de vista dos muitos lexicógrafos e escritores da época, a defesa da unidade da língua portuguesa. Defender a “homogeneização cultural”, apesar de considerar a língua como um organismo vivo, evolutivo. A oposição “preservação” versus “renovação” da cultura se apresenta na materialidade linguística, configurando a tensão, o deslocamento.

Consideramos, conforme Eni Orlandi, que o estudo dos dicionários explicita os diferentes agenciamentos entre a unidade e a diversidade linguística, e que essa oposição unidade x diversidade é uma relação necessária e dinâmica, pois apesar de os dicionários apresentarem uma unidade imaginária (no caso do português brasileiro), há inscrita neles a relação entre línguas.

A leitura dos prefácios dos dois dicionários apresentados aqui nos permite dizer que a ideologia de “língua única” que vem desde os tempos coloniais e tenta camuflar a realidade plurilíngüe do país não se desvencilha de seu contexto sócio-histórico, mas se transforma. No

decorrer do processo de dicionarização, emerge o conceito de “língua nacional” em oposição ao de “brasileirismos”.

Enfim, a HIL articulada à AD nos possibilita tomar os instrumentos linguísticos como um processo constituído pela relação indissociável entre a história, a ideologia e o político.

### **Referências Bibliográficas**

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Dicionarização no Brasil: condições e processos. In: \_\_\_\_\_.; PETTER, M. (Org). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes ; Cáceres: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Política Lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PRADO e SILVA, Adalberto. *Nôvo Dicionário Brasileiro Ilustrado*. Edições Melhoramentos, 1969.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, 1922.